

Duques de Bragança [100]

Em todo o decurso da monarquia portuguesa, sempre a nossa cidade deu o apelido a famílias nobres, quer sejam os Bragançons durante a primeira dinastia ⁽⁶⁵⁵⁾, quer os Braganças nas outras.

É bastante obscura na história portuguesa a origem da casa de Bragança, porque, no intuito de a engrandecer, os escritores eivados de palacianismo têm somente acumulado dúvidas sobre ela.

El-rei D. Pedro, consolado da perda de D. Inês de Castro, tomou-se de amores com a formosa Teresa Lourenço, que, em paga, lhe deu, em Abril de 1357 ou 1358 (não é bem averiguado este ponto), D. João, Mestre de Avis, depois primeiro deste nome rei de Portugal.

Alguns dizem que esta régia barregã era simples tendeira ou regateira da Ribeira Velha, em Lisboa, facto que não destoa do carácter plebeu do real amante.

Em 1368 viu este régio rebento na vila de Veiros, no Alentejo, Inês Perez, filha de Pero Esteves e de Mafalda Anes, e, aproveitando a ausência do pai desta, que fora obrigado a ir à guerra começada no ano seguinte entre Portugal e Castela, raptou-a, provindo daqui em 1370 D. Afonso, nono conde de Barcelos, por sua mulher D. Beatriz Pereira, filha única do oitavo conde desse título, o célebre D. Nuno Álvares

(655) Ver a seu propósito os *Livros de Linhagens in Portugaliæ Monumenta Historica*.

Pereira. Também aqui há suas dúvidas: dão alguns à barregã o nome de Inês Fernandes e aos pais o de Pero Esteves Marques ou Fernão ou Fernando e Maria Anes ou Mafalda Eanes.

No respeitante à profissão, sentem alguns que eram de geração nobre e ricos, ou pobres lavradores segundo outros; não faltando quem afirme que Pero Esteves era carpinteiro e simples besteiro de garrucha e, conseqüentemente, peão.

Ainda segundo uma genealogia manuscrita encontrada na Biblioteca da Ajuda, Inês Peres ou Fernandes era filha de Mem da Guarda, de alcunha o *Barbadão*, judeu converso que, de Castela, de onde era natural, veio estabelecer-se na cidade da Guarda, exercendo aí enquanto viveu o seu officio de sapateiro. Esta genealogia goza de pouco crédito e é attribuída a despeitos do célebre cronista Damião de Góis⁽⁶⁵⁶⁾.

Quanto à filiação materna também a casa de Bragança é notável. Assim, D. Gonçalo Pereira, 34º arcebispo de Braga, houve da castelhana Teresa Perez Vilarinho a D. António ou Álvaro Gonçalves Pereira, que foi prior do Crato e teve trinta e dois filhos de várias mulheres (!) sendo um destes o grande condestável, pai da primeira mulher do primeiro duque de Bragança, tronco de onde procedem em linha recta todos os demais⁽⁶⁵⁷⁾ [101].

É a seguinte a série dos duques de Bragança [102]:

D. Afonso, filho bastardo reconhecido do Mestre de Avis D. João I, rei de Portugal, ao qual o regente D. Pedro, seu meio irmão, por carta datada de Évora a 20 de Dezembro de 1442 deu, desde o primeiro de Janeiro de 1443 em diante, todas as rendas e direitos que tinha em Bragança seu primo D. Duarte, senhor desta cidade, falecido nesse ano⁽⁶⁵⁸⁾. Instituiu em Bragança a confraria da nobre cavalaria de S. Tiago, à qual se referem muitos documentos existentes no livro da Câmara intitulado *Manuscritos Antigos, III*. O fim desta confraria seria idêntico ao da de S. João que o mesmo estabeleceu em Chaves, um dos estatutos da qual reza assim: «no dia de S. João o capitão cavalgará com todos os cavaleiros e pessoas de qualidade, e todos seguirão a bandeira até ao mosteiro de S. Francisco muito quietos, sem correrem nem

(656) LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, artigo «Castanheira e Veiros». *Portugal* — *Dicionário Histórico*, artigo «Barcelos» (Solar dos Pinheiros de).

(657) LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, lugares citados.

(658) *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 23, fl. 47. *Místicos*, livro 3, fl. 146 v.

escaramuçarem até ouvirem missa na capela de S. João e saindo da missa, no campo de S. Francisco e dentro da vila e em qualquer parte, assim pela manhã, como à tarde, segundo o capitão ordenar, serão obrigados os cavaleiros a fazerem escaramuças e correrem e jogar canas, sortilha e outra qualquer coisa que pelo capitão lhes for ordenada» ⁽⁶⁵⁹⁾.

É pouco simpática a memória deste bastardo ⁽⁶⁶⁰⁾; faleceu em Dezembro de 1461 e está sepultado no convento de S. Francisco de Chaves, em rico mausoléu erigido pelo seu descendente, el-rei D. João IV.

D. Fernando I foi o segundo duque de Bragança — Nasceu em 1403 e faleceu a 1 de Abril de 1478. Era filho do precedente; a seu pedido foi Bragança elevada a cidade. Nas lutas entre seu pai e o regente, seguiu o partido deste, talvez por cálculo maldoso, pois, quer ganhasse um, quer o outro, sempre a sua casa medraria em benesses ⁽⁶⁶¹⁾.

D. Fernando II, terceiro duque de Bragança, filho do precedente — Nasceu em 1430 e foi supliciado em Évora a 20 de Junho de 1483. A voz da justiça, conclamada pelo sangue inocente esparso em Alfarrobeira, efectivou-se enfim, punindo neste irrequieto Bragança as iniquidades de seu avô.

D. Jaime I, quarto duque de Bragança, filho do precedente — Nasceu em 1479 e faleceu a 20 de Setembro de 1532. À morte de seu pai foi levado para Castela, de onde só voltou em 1497, reinando D. Manuel, que o integrou no domínio de todas as terras da sua casa confiscadas a seu pai, e declarou em 1500 nulos os efeitos desse processo criminal.

É datada de Setúbal, a 20 de Junho de 1496, a carta onde D. Manuel declara que tendo-lhe o duque de Bragança, D. Jaime, seu sobrinho,

(659) SANTIAGO, FRANCISCO DE, Fr. — *Crónica da Santa Província de Nossa Senhora da Soledade*, cap. 3, p. 214 e seg. Ver o que, a propósito de outra confraria idêntica, existente em Moncorvo, dissemos em a *Ilustração Trasmontana* (1909), p. 10

(660) SILVA, LUIS AUGUSTO REBELO DA — *D. João II e a Conspiração da Nobreza, luta da prerrogativa real*, «Diário do Governo» de 20 de Setembro de 1860. CHAGAS, PINHEIRO — *História de Portugal, ilustrada*, vol. 2, p. 410. PINA, RUI DE — *Crónica de D. Afonso V*, cap. 8, 16, 25, 34 e 40.

(661) *Portugal* — *Dicionário histórico*, artigo «Bragança» (D. Fernando I). PINA, RUI DE — *Crónica de D. Afonso V*, cap. 40.

apresentado outra de doação de D. Afonso V, dada em Lisboa a 28 de Junho de 1449 em favor de D. Afonso, filho bastardo d'el-rei D. João I, na qual lhe fazia mercê de juro e herdade para ele e seus sucessores da vila de Bragança e seu castelo, do de Outeiro de Miranda e Nozelos com todos seus termos, rendas, padroados, direitos novos e antigos, toda a jurisdição cível e crime, excepto as alçadas, o qual poderia nomear juizes, alcaides, meirinhos, escrivães, tabeliães e todos os outros officiaes pertencentes aos ditos lugares, por esta o confirma na posse desses direitos e terras ⁽⁶⁶²⁾.

Já a 1 de Fevereiro desse mesmo ano de 1496, por carta dada em Montemor-o-Novo, el-rei D. Manuel, querendo fazer mercê a Álvaro Chaves, escudeiro, criado do duque que fora de Bragança, o qual depois da morte do dito duque havia sido expulso da cidade de Bragança, tomando-se-lhe sua fazenda avaliada em 22.000 reais, não tendo ele feito motivo para merecer tal castigo, lhe manda entregar todos os seus bens ⁽⁶⁶³⁾.

Na mesma *Chancelaria de D. Manuel*, livro XXXII, fl. 77, encontramos outro documento que talvez tenha relação com os acontecimentos de que vamos tratando. É a carta datada de 20 de Janeiro de 1496, dada também em Montemor-o-Novo, onde declara que tendo-lhe Pedro de Sousa representado que el-rei D. João II, suspeitando de João Homem, já falecido, morador em Bragança, o mandara expulsar da cidade tomando-lhe seus bens que rendiam 1.200 reais; em vista do que requerendo Pedro de Sousa os citados bens lhos manda entregar. Estes bens são os de que trata o aforamento de 1485, de que damos extracto no documento nº 85-B.

Voltando para o reino deu D. Jaime a alcaidaria-mor de Bragança a seu aio Lopo de Sousa, fidalgo que descendia do rei de Portugal D. Afonso III.

Foi este sombrio duque o que, a 2 de Novembro de 1512, levado por mal entendidos ciúmes, assassinou a própria mulher, D. Leonor ⁽⁶⁶⁴⁾ [103].

D. Teodósio I, quinto duque de Bragança, filho do precedente. — Faleceu a 20 de Setembro de 1563 ⁽⁶⁶⁵⁾.

(662) *Místicos*, livro 2, fl. 211 v.

(663) *Chancelaria de D. Manuel*, livro 32, fl. 114 v.

(664) CHAGAS, Pinheiro — *História de Portugal, popular ilustrada*, tomo IV, p. 549. *Portugal — Dicionário histórico*, artigo «Bragança» (D. Jaime I).

(665) *Portugal — Dicionário histórico*, artigo «D. Teodósio I».

D. João I, sexto duque de Bragança, filho do antecedente — Nasceu pouco antes de 1547 e faleceu a 22 de Fevereiro de 1583.

D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança, filho do anterior — Nasceu a 28 de Abril de 1568 e faleceu a 29 de Setembro de 1630.

D. João II, oitavo duque de Bragança, filho do precedente — Nasceu a 19 de Março de 1604 e morreu a 6 de Novembro de 1656. Em 1640 foi aclamado rei de Portugal debaixo do nome de D. João IV, cuja Coroa têm cingido seus descendentes até hoje, passando o título de duque de Bragança ao filho primogénito, herdeiro presumptivo do trono.

Para conhecermos o florescente estado a que chegou a casa de Bragança, ouçamos um nosso historiador: «quanto a privilégios, diz ele, a Casa de Bragança não conhecia émulos na península. Provia officios, concedia foros de nobreza com moradia, como el-rei, passava alvarás de moços fidalgos, de escudeiros e de fidalgos cavaleiros reconhecidos para todos os efeitos e nomeava quarenta e uma comendas da Ordem de Cristo, com inteira independência do mestrado em virtude das bulas apostólicas, podendo tirá-las aos que deixassem o seu serviço e conferi-las a outros.

O estado ordinário da casa excedia o dos infantes tanto em vassallos como em títulos.

Três ducados: Bragança, Barcelos e Guimarães; um marquesado, o de Vila Viçosa, e quatro condados: Ourém, Arraiolos, Neiva e Penafiel, compunham aquele opulento senhorio com a cidade e termo de Braga (calculados em sete mil fogos) e vinte e uma vilas das melhores do reino, além das jurisdições de Valença, Montemor-o-Novo, Almeida, Vidigueira e mais terras» ⁽⁶⁶⁶⁾.

No tempo do duque D. João II o número dos seus vassallos subia a oitenta mil [104].

«A administração da justiça desta casa, continua o mesmo historiador, constava de quatro ouvidorias: Vila Viçosa, Ourém, Barcelos e Bragança. Apresentava dezoito alcaides-mores e nomeava entre as quarenta e uma comendas da Ordem de Cristo, algumas de dois, quatro e oito mil cruzados.

(666) SOUSA, António Caetano de — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 6, cap. 20, p. 651.

As mercês que podia fazer orçavam por cinquenta mil cruzados anuais, sem incluir os officios rendosos de justiça e fazenda que passavam de quinhentos.

Pertenciam ao seu padroado cento e sessenta benefícios, conesias e igrejas, entrando as duas colegiadas de Barcelos e Ourém e a antiga e afamada de Guimarães.

A magnificência do palácio de Vila Viçosa pouco differia na sumpuosidade das grandezas do paço. Sustentavam os duques mais de quatrocentos e oitenta moradores entre fidalgos e criados e o serviço corria pelos mesmos officios que existiam na casa real. Camareiro-mor, estribeiro-mor, copeiro-mor, vedor, trinchante, monteiro, capelão-mor, secretário, moços fidalgos e fidalgos cavaleiros, porteiros da Câmara e porteiro das damas, homens da guarda e moços da estribeira; todos estes cargos funcionavam reproduzindo o exercício e as insígnias dos criados do soberano.

Os fidalgos mais distintos honravam-se de servir os duques e estes precediam a todos os nobres menos aos infantes. Os almoxarifes em seus senhorios conheciam dos mesmos feitos que os almoxarifes reais. Os duques privilegiavam, em suas terras, as pessoas por mercê especial; as mercadorias que vinham para elles de fora não pagavam direitos e o pão de seus celeiros podia sair dos portos sem dependência de autorização régia a despeito das leis proibitivas da exportação.

Não pagavam direitos de chancelaria, como os infantes, avocavam todos os processos em seus domínios para os sentenciarem onde estivessem e usavam do direito de caça em todos os coutados reais, ao passo que as suas eram defesas com pesadas multas»⁽⁶⁶⁷⁾.

João Fogaça — Nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, livro III, prova nº 35, vem um documento feito aos 7 de Novembro de 1424, onde assina, como testemunha, entre outros, João Fogaça, alcaide de Bragança.

Pedro de Sousa Borges — Foi alcaide-mor de Bragança, reinando D. Afonso V (1438 a 1481)⁽⁶⁶⁸⁾. Carvalho da Costa⁽⁶⁶⁹⁾ menciona um tal Pero de Sousa de Alvim, alcaide-mor de Bragança, que se não é o acima

(667) Ibidem, parte 4, livro 4, cap. 4, p. 90, e *Portugal — Dicionário histórico*, artigo «Bragança» (casa de).

(668) CASTELO BRANCO, Camilo — *Perfil do Marquês de Pombal*, p. 72. Documento nº 81.

(669) COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portuguesa*, tomo I, p. 462.

indicado também deve ter vivido por esse tempo. Igualmente o menciona Ferreira ⁽⁶⁷⁰⁾ na genealogia dos Guedes, senhores de Murça e das casas do Arco e de Barbosa [105].

Vasco Martins de Sousa Chichorro — Em Agosto de 1483 fez o arcebispo de Braga D. João Galvão procuração a Vasco Martins de Sousa Chichorro, do conselho do rei e alcaide-mor da cidade de Bragança, para que em seu nome tomasse juramento a Pero Pinto, escudeiro, fidalgo da casa do mesmo arcebispo, da fortaleza e conto de Ervededo, termo de Chaves, que Pero Pinto devia ter e defender em nome do arcebispo e igreja de Braga e fazer dela preito e homenagem; e assim se efectuou ⁽⁶⁷¹⁾.

Em Agosto de 1485 mandou el-rei a Vasco Martins Chichorro, alcaide-mor de Bragança e fronteiro-mor da comarca de Trás-os-Montes, com muitos fidalgos e gente de pé e de cavalo e uma carta a Pero Pinto, alcaide-mor de Ervededo, que dizia: «a Nosso Senhor prouve levar hora deste mundo pera sy ao arcebispo D. João Galvão... e porquanto a nosso serviço cumpre esta fortaleza do Ervededo ser logo entregue ao Chichorro vos encomendamos e mandamos que, vista a presente, lha entregueis logo» ⁽⁶⁷²⁾.

A carta é datada de Alcobaça, a 13 de Agosto de 1485.

O Pinto ainda teve relutâncias em entregar a fortaleza, mas sendo-lhe levantado o preito de menagem pelo cabido de Braga fez a cedência nas mãos do Chichorro ⁽⁶⁷³⁾.

Num nobiliário manuscrito vimos indicado João Formoso de Morais como alcaide-mor de Bragança, e Carvalho da Costa ⁽⁶⁷⁴⁾ adscrive igual cargo a João Rodrigues de Basto. Não julgamos, porém, muito exactas estas informações.

João de Sousa e Lopo Ferreira — Jácome Luís Sarmiento — No Museu Municipal de Bragança há um pergaminho de 49x24 cm que contém o título de uma venda feita ao concelho da mesma cidade por João de Sousa, como procurador de seu genro João de Macedo, alcaide-

(670) LEAL, Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto — *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 11, artigo «Vila Real», p. 996.

(671) CUNHA, Rodrigo da — *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, parte 2, cap. 62, nº 12, p. 263.

(672) *Ibidem*, p. 264.

(673) Documento nº 117. Papéis vários, nº 10.

(674) COSTA, António Carvalho da — *Corografia Portuguesa*, 2ª edição, tomo 3, p. 44.

-mor de Outeiro, e sua mulher Branca de Sousa, da quinta de Campo Redondo, junto a Bragança. A venda foi feita em Bragança entre 15 de Julho e 30 de Outubro de 1497, lavrando-se os respectivos termos em presença do juiz ordinário da cidade nos *paços da cisterna*. No verso deste documento há uma súpula deste termo onde se diz que João de Sousa foi alcaide-mor da cidade; porém, nós no documento não achamos tal notícia, antes o seguinte: «Lopo Ferreira alcaide da dita cidade» que evidentemente se deve referir a Bragança. Achamos, porém, na *Árvore Genealógica da Família dos Figueiredos da Quinta de Arufe* que o dito João de Sousa foi alcaide-mor de Bragança.

Também por este tempo se encontra a memória de Jácome Luís Sarmiento, alcaide-mor de Bragança [106].

Lopo de Sousa — Descendia da ilustre linhagem dos Sousas, ramo dos senhores de Prado, Basto, Pavia e de Baltar, casou com D. Beatriz de Albuquerque, filha de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto, da qual teve quatro filhos: Martim Afonso de Sousa, João Rodrigo de Sousa, que morreu sem posteridade nas Índias, Pedro Lopo de Sousa, governador de S. Jorge da Mina, e Isabel de Albuquerque que casou com António de Brito, governador de Cochim e das ilhas Molucas.

Lopo de Sousa era filho de Pedro de Sousa, cognominado de *Seabra*, por ser alcaide deste lugar (Puebla de Sanábria, em Espanha), e Maria Pinheira, filha de Pedro Esteves Cogominho, ouvidor do estado da casa de Bragança⁽⁶⁷⁵⁾.

Tendo D. Manuel entregado a D. Jaime, filho do terceiro duque de Bragança D. Fernando II, justicado em Évora, o domínio das terras que lhe haviam sido confiscadas, este, voltando para o reino em 1497, deu a alcaidaria-mor de Bragança a Lopo de Sousa, seu aio, e nela se conservou por muitos anos, devendo morrer entre 1520 e 1525.

Em 1520 ainda era vivo, segundo se vê por um documento da Câmara de Bragança, citado por Albino Lopo⁽⁶⁷⁶⁾, e em 1525 já morrera, como se conclui de um pergaminho de 30x36 cm existente no Museu Municipal de Bragança, que contém uma doação feita por João Rodrigues de Sousa, fidalgo da casa de el-rei, filho do alcaide-mor de Bragança Lopo de Sousa e de sua mulher D. Beatriz, a Sebastião de Barros, escudeiro que foi de seu pai, do quarto da quinta de Vale de Ovelhas, junto a Bragança, e o quarto de umas casas que estavam de

(675) MORERI — *El Gran Diccionario Historico*, artigo «Sousa».

(676) LOPO, Albino — *Bragança e Benquerença*, p. 25.

muros adentro da dita cidade por causa dos bons serviços que este lhe prestara e para desencarregar a sua consciência. Esta doação foi feita em Tomar no dia 1 de Setembro de 1525.

No arquivo da Câmara de Bragança há vários documentos referentes a este alcaide. Segundo eles, temos:

Carta régia de 12 de Agosto de 1505, dirigida a Lopo de Sousa, sobre o regimento que se devia observar na construção e reparos das fortalezas de Chaves. Alude às queixas que o povo desta vila dava contra o nosso alcaide por o querer sobrecarregar com trabalhos e despesas a que não era obrigado ⁽⁶⁷⁷⁾.

Em 1508 queixa dos habitantes de Bragança dirigida a el-rei contra o dito alcaide, por os querer obrigar ao pagamento de 153\$000 réis para «reparar o muro e barbaquan» (da cidade) ⁽⁶⁷⁸⁾.

A 30 de Maio de 1508, a gente da vila de Vinhais dirigiu igualmente a el-rei uma queixa por causa dos muitos agravos que recebia do alcaide-mor de Bragança Lopo de Sousa, «vedor-mor das hobras que vossa alteza manda fazer nas vyllas e fortallezas dos extremos da comarca de trallos montes» ⁽⁶⁷⁹⁾.

A 4 de Outubro de 1514 deu o duque de Bragança despacho contrário às pretensões do alcaide Lopo de Sousa, que fizera com que a Câmara acordasse «que ho pam e palha e azeite e sardinha e pescado e quallquer outra mercadorya se venha vender a praça» (dentro dos muros da vila), impondo pesadas multas a quem o contrário fizesse ⁽⁶⁸⁰⁾. Contra estas determinações protestou o povo e foi atendido, assim como nas queixas relativas aos reparos e construções dos muros.

Também de um pergaminho existente no Museu Municipal de Bragança, de 55x24 cm, consta que a 25 de Julho de 1503 a Câmara desta cidade comprou a «Lopo de Sousa, do conselho del-rei e ayo do senhor duque governador de suas terras e alcaide-mor e capitão da dita cidade (Bragança) e da villa de Outeiro e fronteiro na comarca de Traz-os-Montes, a casa que foi sinagoga dos judeus e judias» para nela estabelecer a cadeia.

Deste alcaide-mor é filho o célebre Martim Afonso de Sousa, falecido a 21 de Julho de 1564, segundo o *Ano Histórico*, ou 1571, conforme

(677) Documento nº 75 e seguintes.

(678) Ibidem.

(679) Ibidem.

(680) Ibidem.

Soriano, e nascido em 1501, tão memorado na história portuguesa por seus feitos de valor e galhardia, de quem Bragança recebe não pequena honra por se haver criado nesta cidade. Foi ele o descobridor da baía do Rio de Janeiro em 1532, o fundador de S. Vicente (Santos), primeira colónia europeia regular que teve o Brasil, e o que deu foral a S. Paulo, hoje cabeça de um florescente Estado.

Como governador da Índia obrou proezas de renome: conquistou Damão; venceu os reis de Repelin e de Calecut; fez tributários os de Jafanapatão e Travancor, deixando de si tal fama que o rei de Cambaia dizia: «que estimava só a pessoa de Martim Afonso como a mil portugueses»⁽⁶⁸¹⁾. De Pedro Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa, «moço também de muita galhardia e não menos valor», fala Soriano no lugar abaixo citado [107].

Francisco da Costa ou Francisco da Costa Homem — Foi alcaide-mor de Bragança e do castelo de Outeiro, por nomeação do duque D. Jaime (1479-1532)⁽⁶⁸²⁾.

Este alcaide deve ser o que, no manuscrito que tem em Bragança o escrivão Lemos, intitulado *Árvore Genealógica da Família dos Figueiredos da Quinta de Arufe*, vem mencionado na segunda casa com o nome de Francisco da Costa Homem. Foi sua filha Helena da Costa que casou com Gonçalo Teixeira e depois de viúva fundou, juntamente com sua filha Maria Teixeira, o convento de Santa Escolástica, em Bragança, vulgarmente chamado de S. Bento⁽⁶⁸³⁾ [108].

Lopo Sarmento — Em 1586 era alcaide-mor de Bragança Lopo Sarmento, que assina como testemunha a dotação feita às freiras de Santa Clara da dita cidade pela Câmara e bispo D. Jerónimo de Menezes⁽⁶⁸⁴⁾. Também já o era em 1550, em cujo ano assistiu em Bragança «como procurador à factura de um grande prazo»⁽⁶⁸⁵⁾. Não serão antes

(681) Ver *Ano Histórico*, aos dias 1 e 22 de Janeiro e 21 de Julho. LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, tomo 11, artigo «Vila Viçosa», p. 1166. *Panorama* (1840), p. 153. CHAGAS, Pinheiro — *História de Portugal, popular ilustrada*, vol. 4, p. 31, 35, 78, 100 e 10. vol. 5, p. 401, 410 e 625. SORIANO — *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, 2ª época, «Guerra da Península», tomo 1, cap. 6. MORERI — *El Gran Diccionario*, artigo «Sousa», onde se encontra a sua genealogia.

(682) LEAL, Pinho — *Portugal Antigo e Moderno*, artigo «Viseu» (Varões ilustres de), p. 1833.

(683) BORGES — *Descrição Topográfica...*

(684) Ver documento nº 97.

(685) FONTOURA, Manuel de Queiroga Correia Carneiro de — *Memória Genealógica*, manuscrito existente na Biblioteca Municipal do Porto, fl. 46.

dois indivíduos diferentes? Parece-nos longa de mais a vida. Haverá engano na data apontada por Fontoura? [109].

Miguel de Figueiredo — Era alcaide-mor de Bragança e vivia em 1619, segundo Queiroga ⁽⁶⁸⁶⁾, se bem que julgamos esta informação menos exacta [110].

Pedro de Figueiredo ou **Pedro de Figueiredo Sarmento** — Era alcaide-mor de Bragança e vivia em 1631 ⁽⁶⁸⁷⁾. A *Árvore Genealógica da Família dos Figueiredos da Quinta de Arufe* menciona-o com o nome de Pedro de Figueiredo Sarmento, do hábito de Cristo, fidalgo, escudeiro e instituidor da capela dos Figueiredos na matriz de Santa Maria de Bragança. Essa capela, à mão direita de quem entra, é muito elegante, em estilo Renascença, com mimosos motivos ornamentológicos nos pés direitos e arco. No fecho deste há um escudo composto de cinco folhas de figueira em aspa e na arquitrave a seguinte inscrição de letras conjuntas e inclusas:

ESTA CAPELLA FOY FAZER P^o DE FIG^o A CA^o N^o 585

que quer dizer: *Esta capela mandou fazer Pedro de Figueiredo alcaide-mor* [1]585.

Com a data de 10 de Março de 1604 também o diligente investigador Francisco de Moura Coutinho encontrou no arquivo da Câmara de Bragança uma carta do duque de Bragança, D. Teodósio, para este alcaide-mor. Nasceu na freguesia de Santa Maria, desta cidade, em 1561 e foi baptizado na mesma freguesia a 5 de Julho desse ano [111].

Estêvão Perestrello Pessoa — Alguns dão-lhe o apelido de Pereira. Foi cavaleiro do hábito de Cristo, moço do guarda-roupa de el-rei D. João IV, capitão-mor de Bragança e alcaide-mor da mesma cidade por despacho de 18 de Agosto de 1642, cargo de que não chegou a prestar menagem por falecer logo; de onde vem, se não foi por equívoco, que na carta do seu sucessor Francisco Serrão da Veiga, passada em 18 de Agosto de 1646, o declaram provido neste lugar vago pelo falecimento do alcaide-mor Pedro de Figueiredo Sarmento ⁽⁶⁸⁸⁾.

(686) FONTOURA, Manuel de Queiroga Correia Carneiro de — *Memória Genealógica*, fl. 46.

(687) *Ibidem*.

(688) BORGES — *Descrição Topográfica...* FONTOURA, Manuel de Queiroga Correia Carneiro de — *Memória Genealógica*, fl. 46.

Bezerra ⁽⁶⁸⁹⁾ menciona um nobre membro da família Morais «senhor do lugar de Morais e outras terras, e de Castela veio para Bragança onde foram alcaides-mores», mas como não dá os nomes nada podemos adiantar [112].

Francisco Serrão da Veiga — Monteiro do paço, cavaleiro do hábito de Cristo e alcaide-mor de Bragança por despacho de 18 de Agosto de 1646 ⁽⁶⁹⁰⁾ [113].

Pedro de Sousa de Brito — Fidalgo da casa real, comendador de Carragosa da Ordem de Cristo e pajem da caldeirinha de el-rei D. João IV. Escreveu um tratado de todas as famílias de Portugal, que ficou manuscrito, e foi alcaide de Arraiolos e Bragança ⁽⁶⁹¹⁾. Ver adiante o nome Pedro de Mariz Sarmiento [114].

Pedro de Mariz Sarmiento — Era cavaleiro da Ordem de Cristo e alcaide-mor de Bragança em 1671, como se vê pela carta do príncipe regente, de 11 de Janeiro desse ano, a ele dirigida sobre a mudança dos presos para o castelo por a cadeia estar em mau estado ⁽⁶⁹²⁾.

O inteligente e erudito antiquário Francisco de Moura Coutinho, director da Caixa Filial do Banco de Portugal, em Bragança, descobriu no arquivo municipal desta cidade o registo da carta do regente D. Pedro, de 12 de Outubro de 1668, que confere a Pedro de Mariz Sarmiento a alcaidaria-mor de Bragança «assim como a teve e possuiu Pedro de Figueiredo Sarmiento», seu tio, lugar então vago pela renúncia que dele fizera Pedro de Sousa e Brito [115].

Lázaro de Figueiredo Sarmiento — Foi alcaide-mor de Bragança, mestre de campo e governador do castelo da mesma cidade desde 3 de Dezembro de 1695 até 17 de Setembro de 1713, em que faleceu.

Foram notáveis os serviços que este alcaide prestou à pátria. Em 1706 o duque de Híjar, capitão-general do reino de Galiza, pretendeu invadir a nossa província, e Sarmiento, escusando a licença que

(689) BEZERRA, Manuel Gomes de Lima — *Os Estrangeiros no Lima*, tomo 1, Diálogo IV, p. 192, e Diálogo VI, p. 347.

(690) BORGES — *Descrição Topográfica de Bragança. Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 70 a 74.

(691) FARINHA, Bento José de Sousa — *Sumário da Biblioteca Lusitana*, e também *Portugal — Dicionário histórico...*, artigo «Brito».

(692) LOPO, Albino — *Bragança e Benquerença*, p. 90.

tinha para ir à corte, foi prontamente oferecer-se a D. António Salgado, governador das armas da província, para tudo o que o quisesse empregar.

Em 1710, vindo o inimigo com intenção de sitiá Bragança, que esteve ameaçada durante onze dias, acampando em Baçal, povoação que reduziu à miséria talando seus campos, nunca pôde entrar na cidade devido à extrema vigilância e valor do alcaide.

Também em Maio de 1708 fez à sua custa dois fornos no castelo de Bragança e outras obras de muito merecimento ⁽⁶⁹³⁾.

O autor da *Bragança e Benquerença*, pág. 42, coloca estas acções debaixo da epígrafe do nome de seu filho Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento, que também foi alcaide-mor de Bragança, mas a verdade é que elas pertencem ao pai, sem excluir, contudo, a cooperação do filho que certamente o ajudaria na medida das suas forças; demais, não nos parece que fosse o duque de Híjar quem pôs cerco a Bragança, em 1710, como ele diz. Híjar apenas ameaçou a fronteira em 1706, como se vê do documento registado na Câmara de Bragança, cuja súmula transcrevemos, e em 1710 não houve tal cerco: simplesmente as tropas castelhanas acamparam em Baçal, povoação a seis quilómetros da cidade, com o intuito de a tomarem, não lhe chegando a formar sítio devido à energia do alcaide.

Lázaro de Figueiredo Sarmento era cavaleiro da Ordem de Cristo, mestre e campo, filho de Sebastião de Figueiredo Sarmento e neto do alcaide-mor Pedro de Figueiredo [116].

Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento — No *Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 371, há registada uma carta de alcaide-mor de Bragança a favor de Lázaro Jorge de Figueiredo Sarmento «neto, bisneto e terceiro neto pela parte paterna de alcaldes-mores da cidade de Bragança». Esta carta foi passada a 14 de Junho de 1714. Era filho de Lázaro de Figueiredo Sarmento, alcaide-mor de Bragança.

Por outro documento, que é uma carta régia de 12 de Setembro de 1727 e vem no mesmo *Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 34, vê-se que as obras feitas por ele e seu pai no castelo desta cidade, à própria custa deles, montaram em mais de 600\$000 réis.

Faleceu na freguesia de Santa Maria de Bragança a 8 de Abril de 1736. Anos antes, a 6 de Outubro de 1733, morrera também o seu parente José António de Figueiredo, governador do forte de S. João de

(693) *Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 371.

Deus, vulgarmente forte de cavalaria, posto avançado que guarnece Bragança pelo lado poente, o qual havia sucedido a António Malheiro da Cunha, governador do mesmo forte, que falecera a 23 de Maio de 1731 [117].

António Gomes Mena — Em 1737 era alcaide-mor de Bragança António Gomes Mena e governador Manuel Homem ⁽⁶⁹⁴⁾. Homónimo deste alcaide-mor, artigo «Mena» (António Gomes), aponta o *Portugal — Dicionário Histórico* um governador de Cabo Verde desde 1696 a 1698, em cujo tempo se fundou em Bissau a primeira povoação regular e um hospício de capuchos. Ignoramos se são um e o mesmo indivíduo ao que a concorrência do tempo não parece opor-se.

José Marcelino de Figueiredo Sarmento — Foi alcaide-mor de Bragança e imediato antecessor do seguinte [118].

D. Luís António Botelho de Sousa Mourão — A 2 de Dezembro de 1772 fez el-rei D. José mercê da alcaidaria-mor de Bragança a D. Luís António Botelho de Sousa Mourão, que se achava vaga pela deserção de José Marcelino de Figueiredo Sarmento ⁽⁶⁹⁵⁾. Depois, a rainha D. Maria I, em 26 de Novembro de 1793, a pedido do dito Mourão, mandou-lhe dar posse da alcaidaria, de que parece apenas tivera carta e mercê e prestara preito e homenagem, pois que o dito Figueiredo voltara a ocupá-la, mas como morrera, ele requeria que se lhe mandasse dar posse ⁽⁶⁹⁶⁾.

A *Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*, Lisboa, 1836, pág. 271, diz que este Mourão, que era senhor do morgado de Mateus em Vila Real e do conselho de el-rei D. José I, fôra o primeiro alcaide-mor de Bragança, no que há manifesto engano, e deve entender-se o primeiro mas é relativamente aos membros da sua família, ou então o primeiro dos que tiveram este título quando era só meramente honorífico.

Mourão nasceu a 21 de Fevereiro de 1722 e morreu em Outubro de 1798 ⁽⁶⁹⁷⁾.

(694) *Rol dos confessados da Colegiada da igreja de Santa Maria de 1737* existente no arquivo dessa freguesia. In LOPO, Albino — *Bragança e Benquerença*, p. 14 e 113.

(695) Parece ser este o nome com que Manuel Jorge de Sepúlveda foi para o Brasil. Ver este nome e o documento nº 111.

(696) *Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 226 e seguintes, onde vêm os feitos memoráveis do Mourão.

(697) PINTO; SANCHES DE BAENA — *Resenha das Famílias Titulares...*, p. 271.

O manuscrito intitulado *Demarcação da província de Trás-os-Montes feita em 1796 pelo juiz demarcante Columbano Pinto Ribeiro de Castro*, existente na Biblioteca Municipal do Porto, também aponta como alcaide-mor de Bragança, em 1798, D. Luís António de Sousa.

Ferreira ⁽⁶⁹⁸⁾, além da alcaidaria de Bragança e de outras comissões, dá-lhe o título de comendador do Vimioso.

D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos — Senhor do morgado de Mateus, no distrito de Vila Real, filho de D. Luís António Botelho de Sousa Mourão e Vasconcelos, primeiro conde de Vila Real, criado em 3 de Julho de 1823, foi o segundo alcaide-mor de Bragança ⁽⁶⁹⁹⁾, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário a Estocolmo, Copenhaga e Paris. É a ele que se deve a bela edição de *Os Lusíadas*, de Camões, chamada «do morgado de Mateus».

Nasceu a 9 de Março de 1758 e morreu em Paris a 1 de Junho de 1825 ⁽⁷⁰⁰⁾.

Por decreto de 19 de Outubro de 1798 e portaria de 21 do mesmo mês e ano foi-lhe dada a alcaidaria-mor de Bragança, em sua vida, vaga pelo falecimento de seu pai, e em 28 de Maio de 1779 assinou D. Maria I a respectiva carta régia.

Em 1803 ainda estava o agraciado em Paris como ministro plenipotenciário, pois, por carta régia do Príncipe Regente D. João, depois sexto rei de nome, de 26 de Abril desse ano, se mandou conferir posse ao procurador do Mourão, seu primo, o principal Sousa, que efectivamente a tomou a 13 de Setembro de 1803, sendo a procuração de 10 de Agosto desse ano ⁽⁷⁰¹⁾.

(698) LEAL, Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto — *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 11, p. 1024, artigo «Vila Real».

(699) Engana-se. Ver o que dissemos a respeito do pai deste.

(700) PINTO; SANCHES DE BAENA — *Resenha das Famílias Titulares...*, p. 268.

(701) *Livro do registo da Câmara de Bragança*, fl. 383 v.